

---

REGINA LÚCIA DE MORAES MOREL

Departamento de Ciências Sociais  
do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais,  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

## Gestão Paternalista, Empresa Estatal e Luta por Direitos

---

299

*A partir da caracterização do movimento sindical dos trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional, empresa estatal localizada em Volta Redonda, Rio de Janeiro, o texto pretende contribuir para o debate em torno do sindicalismo de base estatal no período populista no Brasil (1945-64). A análise demonstrou*

*que, a despeito das ambiguidades do paternalismo e das limitações da legislação sindical corporativista, os desafios daquela conjuntura contribuíram para a construção de uma tradição sindical entre esses trabalhadores, na qual a noção de "direitos" constituía o núcleo principal.*

**N**O presente texto pretendo desenvolver algumas reflexões sobre o movimento sindical dos trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional no período de 1945 a 64. Vindos de diferentes regiões do país para participar da construção da primeira usina siderúrgica de grande parte do Brasil, numa conjuntura muito particular — a Segunda Guerra e o Estado Novo —, esses operários constituem frequentemente objeto de estereótipos e generalizações formulados sobre a classe operária brasileira, especialmente referentes à sua atuação política no pós-30. Participando da construção do empreendimento que seria a “menina dos olhos” de Getúlio Vargas, símbolo do “progresso” e do novo impulso que se pretendia dar à industrialização, tudo isso costurado pela ideologia nacionalista que, naquele momento, legitimava a intervenção estatal, esse setor da classe operária é, muitas vezes, identificado como atrasado, massa de manobra do getulismo e do sindicalismo corporativista, presa fácil de demagogos e pelegos.

Na construção aqui apresentada da história do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda pretendo destacar, de

um lado, os parâmetros principais que nortearam sua atuação; de outro, os limites e impasses vividos por um sindicato cuja base principal é constituída pelo operariado de uma empresa estatal. No contexto do populismo e sob a influência do “nacional-desenvolvimentismo”, o caráter estatal da empresa terá um peso importante na determinação das escolhas vividas pelo Sindicato, no encaminhamento de reivindicações e nas posições frequentemente contraditórias assumidas perante a CSN <sup>(1)</sup>. No entanto, a despeito da ausência de greves no período e das limitações e ambiguidades que marcaram essa fase, o Sindicato constituiu-se num canal importante de encaminhamento de reivindicações específicas dos trabalhadores e de conquista dos direitos de cidadania.

I

A CSN, assim como a Fábrica Nacional de Motores, a Companhia Vale do Rio Doce e a Companhia Nacional de Alcális, vão representar as primeiras incursões do Estado brasileiro na esfera da produção. No entanto, o caráter estatal de tais empreendimentos não refletia uma ideologia genuinamente estatizante e nacionalista, mas sim vai responder a necessidades conjunturais, expressando o papel atribuído ao setor público no sentido de viabilizar a expansão do capital privado e a constituição de uma base produtiva interna.

Não vou reproduzir aqui, para fugir aos objetivos específicos desse texto, as marchas e contra-marchas que marcaram o longo processo de negociações em torno da criação da CSN no qual os principais agentes envolvidos — o Estado, alguns poucos grupos privados nacionais e grupos estrangeiros (sobretudo alemães e americanos) — procuraram viabilizar seus interesses <sup>(2)</sup>. Constituída em janeiro de 1941 como Sociedade Anônima, a Companhia contou com recursos das Caixas Econômicas do Rio de Janeiro e de São Paulo e os Institutos de Previdência Social que formaram metade do capital; o Tesouro Nacional entrou com 44% e os 6% restantes foram distribuídos entre indústrias particulares. A compra de equipamento — questão complicada no contexto de guerra — foi possível em

<sup>(1)</sup> Sobre essa relação empresa estatal-Sindicato, ver: Araújo, 1985; Minayo, 1986; Fleury, 1986; Ramalho, 1986.

<sup>(2)</sup> A descrição detalhada desse processo está em Martins, 1966.

decorrência de acordo com o governo dos Estados Unidos, em 1942; segundo os assim chamados "Acordos de Washington", o Brasil obteve créditos no valor de 200 milhões de dólares em troca de cooperação militar.

O debate em torno da siderurgia pesada nos anos 30 refletiu a conjuntura da época. Num período em que "industrialização" era sinônimo de "progresso", a instalação de indústrias de base vai ser justificada em nome das bandeiras do nacionalismo e da segurança nacional. O desenvolvimentismo e a questão nacional constituem, no período, o fator legitimador desse Estado intervencionista, que se quer moderno e progressista. É essa a "promessa" da CSN, como bem expressou o *Diário de Notícias*, de 2/2/41.

301

É a idade da máquina que vai nascer para nós, e como o ferro aproveitado de nossas jazidas, encheremos de aviões nossos céus, de automóveis, ônibus e caminhões nossas ruas e estradas, de embarcações nossas águas e tratores, arados, semeadeiras, etc., lavrarão e enriquecerão nossos campos.

Para a localização da usina foi escolhida a localidade de Santo Antônio da Volta Redonda, no Vale do Paraíba, no Estado do Rio de Janeiro. Na época a comunidade contava cerca de 2.800 habitantes, a maioria dedicada a atividades agro-pastoris. Uma década depois, já transformada em "Cidade do Aço", sua população ultrapassava 39.000 pessoas.

Os empregados da empresa foram recrutados de diversas maneiras: para os cargos mais elevados (engenheiros e técnicos) foram contratados cerca de 55 americanos, uma vez que o equipamento vinha dos Estados Unidos, além de engenheiros brasileiros, muitos provenientes das Forças Armadas; foram contratados também alguns operários qualificados da Companhia Belgo-Mineira, na época a mais importante empresa de produtos siderúrgicos. A CSN, no entanto, preferiu formar ela mesma seus trabalhadores; a maior parte do contingente — mão de obra não especializada — veio dos estados vizinhos, Minas Gerais e Espírito Santo, espontaneamente ou trazidos por agenciadores especialmente pagos para isso. Tempos de guerra facilitaram para a CSN a solução do problema de atrair trabalhadores: pelo decreto-lei n.º 4937, de 9 de novembro de 1942, as pessoas pertencentes a fábricas consideradas de interesse militar — e a Companhia era uma delas — não poderiam

largar o serviço sob pena de serem consideradas desertores. O período de construção da usina foi também um período de seleção e treinamento da força de trabalho: em 1946, a empresa empregava 11.719 trabalhadores, total reduzido para 8.054 em 1947, quando a empresa já se encontrava em operação.

Em outro trabalho, descrevi detalhadamente a forma de gestão da força de trabalho adotada pela CSN, marcada pelo controle por parte da empresa tanto da esfera da produção quanto da reprodução dos trabalhadores (Morel, 1987). Procurei mostrar que além da intenção de introduzir o país na era da siderurgia pesada, havia o projeto de construção de um novo tipo de trabalhador, bem ao gosto do Estado Novo.

A cidade construída pela Companhia, à margem direita do rio Paraíba do Sul, pretendia ser o símbolo por excelência da integração da “família siderúrgica”, expressão pela qual os documentos da Administração designavam os laços corporativos que deveriam ligar os trabalhadores à empresa. Assim, além da construção de moradias para seus empregados — qualitativamente diferenciadas segundo os distintos níveis hierárquicos da empresa —, a Companhia controlava uma série de serviços urbanos (transportes, cooperativa de abastecimento, hospital, escolas). Os benefícios sociais — sempre apresentados como “dáviva” — se estenderão à família operária e serão um dos pontos sobre os quais a empresa procurará construir sua legitimidade.

A CSN se vangloriava de oferecer “o mais alto padrão já realizado no Brasil, em prol dos operários de uma grande indústria, permitindo-lhes uma vida condigna”; considerando-se uma empresa pioneira neste terreno, pretendia fazer de seus empregados, “sem distinção de categorias, colaboradores dedicados e amigos de um empreendimento que cada vez mais cuidará do seu interesse e seu bem estar social”<sup>(3)</sup>.

Na década de 50 — em função do redirecionamento do processo de industrialização, com importantes reflexos sobre a siderurgia e as empresas públicas e a implementação de dois Planos de Expansão — a Companhia intensifica medidas que, na esfera fabril, visavam a uma maior racionalização e à consolidação de um mercado interno de trabalho. Tais

---

(3) Trechos do Relatório da Diretoria de 1951.

medidas iam desde o estabelecimento de incentivos à produção, introdução de testes psicotécnicos no processo de seleção, prêmios à antiguidade e ao mérito, expansão da Escola Profissional, instituindo-se um sistema de bolsas de estudo no Curso Industrial Básico para filhos de operários, até formas de treinamento "on the job", e ao estabelecimento de regras definidas de promoção nos cargos da carreira. Na prática, essas medidas intensificavam internamente dispositivos de individualização e hierarquização dos trabalhadores, acarretando um controle mais rígido por parte da empresa sobre os processos de trabalho de formação e treinamento, além de reforçar o poder das chefias e supervisões. Por um lado exacerbavam conflitos e descontentamentos, mas, por outro, também asseguravam a identificação de alguns grupos de operários com os objetivos da empresa, pelo menos a adesão às "regras do jogo", para citar a expressão de Burawoy, 1979. Para muitos operários da primeira geração, a formação de uma identidade profissional foi concomitante à sua trajetória na empresa, contribuindo para reforçar os laços entre a história pessoal e a Companhia.

Procurando analisar a especificidade da empresa estatal, Fleury (1986), Minayo (1986) e Ramalho (1986) apontaram para os elementos que, nos casos por eles estudados, possibilitariam a consolidação de uma ideologia corporativa entre empregados e Administração, identificados na missão comum de trabalhar "pela pátria"; além disso, mostraram que, muitas vezes, os conflitos e descontentamentos tenderiam a se dirigir para os chefes e superiores imediatos, preservando a "imagem" da empresa. A mística mencionada anteriormente, que cercou a criação da CSN, será, sem dúvida, um fator relevante na construção da legitimidade: mais do que isso, a Diretoria procurava se identificar com o coletivo de trabalhadores, apresentando-se como "servidora" da empresa. Os diretores, como os demais funcionários, eram "empregados de nosso verdadeiro patrão — "seu" Brasil" (4).

Na segunda parte do trabalho pretendo demonstrar, ao analisar algumas reivindicações do Sindicato, que esse discurso se presta a leituras e interpretações diferentes e que — lembrando Thompson, 1987 — muitas vezes os dominantes se tornam prisioneiros de sua própria retórica.

(4) Gal. Edmundo de Maceo Soares, transcrito de *O Lingote*, de 10/10/55, p. 12.

O surgimento do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda está ligado à atuação do grupo de Socorro Vermelho, como ficou conhecida a campanha de mobilização organizada pelo Partido Comunista a nível nacional, segundo as determinações da Conferência da Mantiqueira, de 1943, de luta contra o fascismo. Tal campanha era destinada a angariar fundos para a Força Expedicionária Brasileira, auxiliar ex-combatentes e atrair novos militantes. Daí surgiu uma comissão provisória para a criação da Associação Profissional dos Metalúrgicos de Barra Mansa, que em 1945 recebe a Carta Sindical. Surge, então, o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Barra Mansa, Volta Redonda, Resende e Barra do Piraí. A sede original foi em Barra Mansa, mas já em 1946 era transferida para Volta Redonda<sup>(5)</sup>.

Dois fatos merecem destaque a propósito das origens do Sindicato. O primeiro deles é que sua criação não contrariava os interesses da Diretoria da Companhia, como se conclui do trecho abaixo:

...e teve a favor, a ajuda, a cobertura, o aval do Coronel Macedo Soares na formação do próprio sindicato em Volta Redonda. Porque ele era o homem designado pelo Governo para edificar a Companhia Siderúrgica Nacional e ele entendia que para um melhor relacionamento com os trabalhadores seria uma relação com uma organização de trabalhadores<sup>(6)</sup>.

Assim, pelo lado da Companhia, o surgimento do Sindicato vinha reforçar a fórmula corporativa de controle do movimento dos trabalhadores visando a garantir sua articulação à empresa e, por extensão, ao governo. Além disso, a expansão da cidade nos anos 50, sua emancipação de

(5) Em 1964, com a intervenção do Sindicato dos Metalúrgicos em Volta Redonda, o Batalhão de Infantaria Blindada se apropriou de todo o arquivo de documentos. Assim, restaram poucas atas de assembleias. A argumentação aqui desenvolvida está baseada nas seguintes fontes: algumas atas, a partir de 1959, cedidas por operários; entrevistas com ex-dirigentes ou militantes sindicais; imprensa comunista; entrevistas publicadas no jornal local *Gazeta do Aço*. Documentação da empresa, como Boletins de Serviço e Resoluções de Diretoria, forneceram informações valiosas sobre acordos sindicais e a relação da CSN com o Sindicato. A partir de 1986, o Centro de Memória Sindical de Volta Redonda vem tentando organizar o material disponível.

(6) Entrevista de Silvestre Pereira Rosa, militante sindical e depois vereador de Volta Redonda pelo PTB, em *Gazeta do Aço*, 12 a 18 de junho de 1981.

Barra Mansa (7) e sua importância econômica no Estado do Rio de Janeiro vão torná-la um centro de disputa acirrada entre os partidos, sobretudo o PSD e o PTB, que vão também disputar o controle do Sindicato. No entanto, não se pode dizer que este constituísse, no período que examinamos, mera “massa de manobra” de interesses político-partidários. Isso tampouco impediu que as diretorias eleitas nem sempre fossem de confiança da Companhia, nem que o sindicato tivesse sua dinâmica própria e, em muitos momentos, uma atuação importante na conquista de novos direitos para os trabalhadores ou na ampliação daqueles já obtidos.

O segundo elemento a ser destacado é a presença do Partido Comunista desde o início das operações da usina siderúrgica, participando não só da criação do Sindicato, como também de mobilizações de caráter local, como Comissões de Custo de Vida e campanhas de alfabetização, a cargo do Comitê Democrático de Volta Redonda, criado em 1945.

Em 1.º de abril de 1946, o periódico *Tribuna Popular* noticiava:

Os metalúrgicos de Volta Redonda fizeram do seu sindicato uma grande força de progresso para a classe:

O que pode uma diretoria sindical com apoio dos associados — lutando por melhores condições de vida, os metalúrgicos de Volta Redonda lutam pelo desenvolvimento da nossa indústria pesada.

E, após descrever as gestões do Sindicato junto à Diretoria da empresa por um aumento salarial, com apoio da Comissão do Custo de Vida, conclui:

De um modo geral, os operários de Volta Redonda não têm nenhuma reivindicação mais grave ou que vá ao encontro dos interesses da CSN. As atividades vêm se processando normalmente, havendo inteira compreensão e acordo entre trabalhadores e dirigentes, apesar das pequenas e grandes dificuldades que têm surgido e que, certamente, serão solucionadas porque ninguém desconhece a importância de Volta Redonda para o desenvolvimento do país.

Alcides Sabença, carpinteiro de Barra do Piraí e um dos fundadores do Sindicato, eleito em 1945 deputado estadual

---

(7) Até 1954, Volta Redonda era distrito de Barra Mansa.

pelo Partido Comunista para a Assembléia Constituinte, relata:

Em 1945, o José Frizas, então presidente do sindicato de Barra Mansa, me pediu para ajudar a levar o movimento sindical para dentro da Siderúrgica. Eu atendi junto com uma turma e começamos a fazer o sindicalismo lá dentro <sup>(8)</sup>.

Se em 1946, como o trecho da *Tribuna Operária* deixa claro, a posição dos comunistas era de total identificação com a empresa, seguindo diretrizes gerais do Partido, sobre as quais não vou me deter aqui, mais tarde essas orientações vão mudar. No período de ilegalidade, o PCB constituiu células que atuavam a nível da cidade e dos diversos Departamentos da usina. Penetrando no interior da fábrica, o Partido vai ter um papel importante na politização do espaço fabril, canalizando conflitos latentes e atuando como oposição a diretorias atreladas ao Ministério do Trabalho ou mais submissas à direção da Companhia. A nível de Diretoria do Sindicato, o PCB só vai participar em duas gestões, 1956-57 e 1963-64.

A despeito da posição oficial do partido de aceitação da estrutura sindical corporativista e apesar da concepção "legalista" que lhe tem sido atribuída no encaminhamento de reivindicações, a atuação de seus militantes vai ser importante no enfrentamento das formas específicas de dominação exercidas pela CSN sobre os trabalhadores. Assim, à noção de "dávila" veiculada pela Companhia, seus militantes contribuem na construção de uma concepção de "direitos", que a empresa deveria respeitar, já que eram assegurados pela Constituição de 46 ou pela CLT a todos os cidadãos brasileiros.

De maneira geral, o movimento sindical desse período tem sido identificado como essencialmente "político"; é acusado também de distanciamento do espaço fabril e de apresentar poucas reivindicações "autenticamente" sindicais. No entanto, analisando pautas de reivindicações e cláusulas de acordos podemos observar desde 1952 — ano do primeiro Acordo com a empresa — a presença de inúmeras questões relativas a condições específicas de trabalho. É interessante que além do questionamento dos critérios de concessões de certos benefícios sociais específicos da Companhia havia também reivindicações a respeito da aplicação das leis

---

<sup>(8)</sup> A *Verdade*, publicação do Sindicato dos Metalúrgicos, fevereiro de 1985, p. 5.



trabalhistas. Ao regulamento e normas internos à empresa, os trabalhadores contrapõem “as leis da nação”, como no caso de Paulista, descrito por Leite Lopes, 1986.

O Primeiro de Maio de 1953 foi um dia de festa em Volta Redonda. No período populista e mesmo no Estado Novo, a data sempre foi objeto de comemorações na cidade, mas naquele ano havia um motivo especial: a presença de Getúlio Vargas, que, do Recreio dos Trabalhadores, faria seu habitual pronunciamento à nação. Nesse dia, milhares de trabalhadores desfilaram “agitando bandeiras do Brasil e trazendo nas mãos exemplares da Consolidação das Leis do Trabalho”<sup>(9)</sup>.

De um lado, a descrição acima é uma ilustração perfeita das manifestações e comícios nos quais, no período populista, procurava-se assegurar os laços pessoais das massas com o líder, expressando também a “teatralização” do agradecimento ao Presidente pela “doação” das leis trabalhistas; de outro, este apelo à participação e à mobilização das massas urbanas — já analisado por diversos autores — vinha também acenar com o reconhecimento de sua cidadania. Em Volta Redonda este “aceno” terá reflexos na determinação das linhas de atuação do Sindicato: nos primeiros anos da década de 50, será em torno das reivindicações pelos “direitos” que se constituirá o núcleo principal do movimento sindical.

Segundo Vasconcelos Torres, 1978, o Sindicato dos metalúrgicos de Volta Redonda foi o que pela primeira vez no Brasil levantou a questão da incompatibilidade entre o sistema de jornada contínua de 8 horas, em turnos de revezamento, e os princípios estabelecidos na CLT, com referência a descansos para refeição e repouso. Em 1952, cerca de 3.000 operários entraram em ação na Justiça do Trabalho acusando a Companhia de não cumprimento do Artigo 71 da CLT. Pleitearam como indenização pelos intervalos de repouso não concedidos pela empresa o pagamento correspondente à importância do salário de uma hora, referente a cada turno efetivamente trabalhado, por cada reclamante, nos últimos dois anos. A questão foi ganha em segunda instância; a empresa, no entanto, conseguiu que o Sindicato retirasse a reclamação, mas a partir daquele ano a cláusula passaria a vigorar em todos os Acordos.

---

(9) *O Lingote*, jornal interno da CSN, 10 de maio de 1953.

Em relação ao salário-família, o Sindicato, apoiando-se no Artigo 157 da Constituição de 46, conseguiu, já em 1952, que os trabalhadores da CSN tivessem o seu recebimento assegurado para a companheira ou esposa bem como para os filhos.

A questão do pagamento do repouso remunerado também vai ser objeto de reivindicações; inicialmente apenas os mensalistas (pessoal de escritório e cargos de chefia) tinham esse direito reconhecido. Mas o Sindicato começa, desde 50, a discutir o cálculo da remuneração estipulada e a extensão deste aos horistas e diaristas, categoria em que se enquadrava a maioria absoluta do pessoal da Operação da usina. Pelo Acordo acima referido, todos os horistas e diaristas passavam à categoria de mensalistas, o que lhes assegurava melhores condições no cálculo da remuneração, bem como no caso de rescisão do contrato de trabalho por parte da empresa.

Os exemplos poderiam se estender, mas o que vale a pena registrar é que, como assinalou Leite Lopes, 1987, a propósito do livro de Brandão Lopes, 1967, a formação do sindicato, mesmo dentro da estrutura corporativista que o atrela ao Ministério do Trabalho, pode ser, em certos casos, um fator importante na desagregação da dominação da empresa sobre seus operários. No caso de Volta Redonda, esse questionamento contribuirá para o rompimento do regime autárquico que caracterizava o "modelo" da relação da CSN com seus trabalhadores. Esse mesmo fato foi observado por Sorj, 1985, em Monlevade, onde os trabalhadores, através do sindicato, também se valem da legislação trabalhista no questionamento do despotismo exercido pela Companhia Belgo-Mineira.

A Diretoria da CSN, que pretendia estar "acima" das leis trabalhistas, regendo as relações com os trabalhadores através de seu Regulamento de Pessoal e concessões de benefícios sociais, não via com bons olhos esta interferência. Em conferência pronunciada perante a Comissão de Relações Industriais da ONU, em 1957, o General Edmundo Macedo Soares, então Presidente da Companhia, declarou:

O espírito da legislação é bom, mas sua aplicação apressada conduz a pesados sacrifícios para a economia nacional e dá ao operariado a sensação de que é possível obter muito, produzindo pouco. Os problemas da legislação trabalhista e que surgem para a direção das empresas, nos países em que é mister treinar um operariado, partindo de

pessoal sem a menor tradição industrial, são extremamente difíceis (...) A ligação com o governo cria no operariado a mentalidade de que ele é funcionário público; muitas de suas reivindicações passam a ser feitas nesta base, e com um sentido político-partidário; este é, a meu ver, o maior inconveniente das "sociedades de economia mista" (10).

Além disso, sobretudo a partir da segunda metade dos anos 50, o Sindicato procura intervir na aplicação ou nas regras de concessão de certos benefícios: por exemplo, discute a proporção da "girafa" — nome pelo qual se designava a participação dos trabalhadores nos lucros da empresa — bem como critérios igualitários em sua distribuição; reivindica — e consegue — a participação na Superintendência de Serviços Sociais (sob cuja atribuição ficava a questão da concessão de casas); questiona a qualidade da refeição; propõe o aumento do número de bolsas de estudantes, a extensão a todos os trabalhadores dos benefícios assegurados pelo Regulamento de Pessoal, mudanças nas normas de pagamento dos prêmios de incentivo e do Prêmio Quinquenal em dobro, abono de Natal, pagamento de dois salários-família para trabalhadores com filhos excepcionais. A questão da estruturação dos cargos de carreira também foi objeto de preocupação do sindicato, que propôs, em 1961, a participação de um representante do sindicato nos estudos realizados pela empresa a esse respeito.

Vários estudos sobre comunidades fabris têm demonstrado que situações em que o empresário é simultaneamente proprietário das casas dos operários e administrador da esfera urbana têm reflexos sobre as reivindicações operárias, ocorrendo muitas vezes uma expansão dos campos de conflito. Como em outros casos análogos, em que o empresário controla a esfera doméstica do trabalhador, o Sindicato dos Metalúrgicos também atuou em questões referentes aos serviços urbanos oferecidos pela Companhia: a questão dos preços de gêneros alimentícios, a distribuição e a qualidade das moradias, os transportes e atendimento hospitalar.

Na cidade, além da mobilização exercida pelo Sindicato dos Metalúrgicos, o movimento sindical de Volta Redonda na década de 50 era dominado pelo Sindicato da Construção Civil e pelo Sindicato dos Motoristas Rodoviários; a intervenção do Sindicato dos Metalúrgicos na esfera urbana fez com que esse adquirisse visibilidade e expressão para fora

---

(10) Transcrito de *O Lingote*, n.º 106, outubro de 1957.

dos limites da usina. Assim, quando em 1955 o Ministério do Trabalho interveio no Sindicato sob alegação de “infiltração comunista”, os metalúrgicos — que ocuparam a sede do sindicato impedindo a posse do interventor — puderam contar com apoio do comércio local e de outros grupos da comunidade.

Como “cidade símbolo” do trabalhismo, Volta Redonda é referência obrigatória de lideranças populistas a nível estadual e federal; a realização de comícios, as visitas de Presidentes da República e Ministros do Trabalho, a realização, em 1956, da Conferência Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos, com a presença de João Goulart, e, em 1960, da I Convenção Sindical do Estado do Rio, são eventos que politizam e agitam a cidade, criando um clima de efervescência política que contribui para a quebra do isolamento e da “utopia” dos anos 40.

Nas reivindicações referentes às casas bem como ao uso do Hospital fica claro o confronto entre a noção de “dádiva”, presente o tempo todo no discurso da empresa, e a busca pelo reconhecimento de “direitos” por parte dos trabalhadores.

A concessão de casas, como já comentei, era apresentada pela CSN como exemplo dos benefícios oferecidos aos empregados. Na realidade ela nunca conseguiu — nem a interessava — dar moradias a todos, o que na prática gerava conflitos e descontentamentos sobre os critérios de acesso, o desrespeito às filas de espera, etc. Além disso, a partir de 1950 surge inicialmente por fora do Sindicato, mas sendo depois encampado por ele, um movimento pela aquisição da casa própria, com financiamento do IAPI. Além do questionamento do domínio exercido pela Companhia sobre a esfera doméstica dos trabalhadores, tais reivindicações explicitam a luta pelo reconhecimento do *direito* à casa própria<sup>(11)</sup>.

Para a assistência médica hospitalar, o trabalhador dispunha do Hospital da Companhia, muito bem equipado, por sinal, mas no qual ele e sua família eram obrigados a pagar as despesas efetuadas, posteriormente descontadas nos salários. Os serviços oferecidos pelos ambulatórios do Sindicato eram insuficientes para atender à demanda. Este

(11) Para o rompimento do monopólio da CSN sobre a esfera urbana de Volta Redonda contribuem também outros fatores, ligados ao extraordinário crescimento da cidade e o surgimento de uma série de grupos sociais — comerciantes, políticos, especuladores imobiliários — que vão disputar com a Companhia o controle político e econômico da comunidade.

então reivindicou que a CSN fizesse um convênio com o IAPI, já que, na qualidade de contribuinte, o trabalhador teria direito à assistência médica gratuita. Mais uma vez, isso representava tentar romper o “modelo autárquico” e apontava para o reconhecimento de direitos de cidadania.

A questão do custo de vida era um fator determinante nas negociações salariais. Desde o início da década de 50, o Sindicato vinha baseando suas propostas de aumentos de salários em levantamentos realizados por ele sobre os níveis de custo de vida na cidade. A partir dos primeiros anos da década de 60, foi criada a Comissão de Pesquisa do Custo de Vida, formada por seis membros, três representantes do Sindicato e três da empresa. Os índices dos aumentos — que chegaram a ser trimestrais — obedeciam à apuração realizada por essa Comissão, devendo passar pela aprovação da Assembléia do Sindicato.

A bem da verdade, é bom que se diga que muitas vezes — principalmente no período 1957-1963, em que a Diretoria do Sindicato tinha uma orientação que podemos chamar de “ministerialista” — encontramos nas atas de Assembléias sindicais, junto com a descrição das conquistas obtidas, votos de louvor e reconhecimento à Diretoria da Companhia pelo pronto atendimento das reivindicações. Mas isso não invalida a argumentação que venho desenvolvendo; para ser reconhecido como representante da categoria e enfrentando a oposição dos militantes comunistas, essa Direção também obteve algumas conquistas, enfrentando a empresa num Dissídio Coletivo, em 1957.

Assim, no período que estamos analisando, esse Sindicato, ainda que fortemente atrelado a partidos políticos e a despeito dos laços corporativos com a CSN, encaminhou reivindicações que podemos classificar como lutas pela *lei*. Aliás, Thompson, 1987, ao criticar o reducionismo estrutural que atribui à lei apenas o papel de legitimação e reforço de relações de classe, mostra como ela pode se constituir numa arena de conflitos, além de impor limites ao exercício do poder e se constituir num meio de defesa do cidadão. No caso dos trabalhadores da CSN, essas lutas implicavam em tentar romper as regras arbitrárias da Companhia e defender direitos de acesso à cidadania.

Essa atuação, no entanto, não deixará de ser marcada por contradições e ambiguidades; pelo fato de ser uma companhia estatal, mesmo as diretorias e militantes mais combativos terão um forte elemento de identificação com a

empresa, como expressa o trecho abaixo do depoimento de um militante comunista com influência no sindicato na época:

(...) hoje os líderes sindicais têm a Siderúrgica como patrão, como madrastra, quando nós temos dela um símbolo da emancipação política e industrial do país. Então, nós tínhamos a Siderúrgica não como nosso patrão, mas sim como propriedade do povo brasileiro. Ela é nossa, nós lutamos pela estatização dela. (...) Às vezes, alguém vai para lá como presidente, se intitula de patrão, se faz de dono, quando ele não é dono, ele é empregado como outro qualquer.

Na verdade, ele está dizendo a mesma coisa que a Diretoria falava, ao tentar se identificar com os trabalhadores como servindo ao mesmo patrão, “o ‘seu’ Brasil”. Mas, no caso da citação acima, o sentido da argumentação é de contestar o poder da Diretoria, reivindicando os direitos de justiça e de igualdade.

Em momentos de crise, ou quando a empresa parece ameaçada por interesses estrangeiros, os trabalhadores não relutavam a apoiar a Diretoria, segundo as bandeiras de defesa da “empresa nacional”, mas isso não impedia lutas por melhores condições de trabalho e de vida ou pela justa aplicação das leis trabalhistas <sup>(12)</sup>.

### III

Como explicar essa ambiguidade — e, por exemplo, a ausência de greves em todo o período — sem recorrer a concepções como “manipulação”, “passividade” ou à referência à origem rural da maior parte dos trabalhadores da CSN?

Creio que a mística que cercou a criação da empresa — símbolo da emancipação nacional — constitui, no período populista, um forte elemento da construção da legitimidade e de identificação entre os trabalhadores e a empresa. Além disso, a traços já apontados da conjuntura política acrescentam-se outros elementos específicos da CSN, tanto no plano da gestão da força de trabalho quanto nas carac-

<sup>(12)</sup> Por exemplo, em 1956, por ocasião da Conferência Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos, que contou com o apoio da Diretoria da CSN, um dos pontos centrais foi o repúdio à campanha que Assis Chateaubriand vinha desenvolvendo para vendê-la a grupos americanos.

terísticas que presidiram à constituição da identidade social de grande parte dos trabalhadores da primeira geração.

É preciso levar em conta que, ao contrário de outras categorias de operários, como os trabalhadores da indústria naval (analisados por Pessanha, 1986), com forte identidade profissional e uma longa tradição de lutas, os operários da primeira geração vão constituindo sua identidade profissional dentro da empresa. Assim, na ausência de uma “identidade operária”, que antecederesse o ingresso na usina, o orgulho profissional e a história pessoal se confundem com a história da empresa. O orgulho de terem participado da construção da Companhia é uma marca constitutiva da identidade dos pioneiros.

313

No plano interno, vimos que havia mecanismos diversos de refôrço à integração — prêmios ao mérito e à antiguidade, incentivos à produção, possibilidades de ascensão na carreira — que, ainda que não atingissem a todos, vão estabelecendo distinções entre os operários.

O forte apelo à intensificação desses laços por parte da Companhia, expressa na idéia da “família siderúrgica”, não é, no entanto, passivamente “engolido” pelos trabalhadores, mas é, ao contrário, reapropriado por eles. Essa reapropriação traduzia-se, naquele período, na fórmula “A CSN é nossa”, que fundamentava movimentos de reivindicação e lutas por direitos. Esses movimentos vão se desenvolver, portanto, aproveitando as ambiguidades — já apontadas por muitos autores — do discurso populista: ao discurso de que a CSN oferecia o que nenhuma empresa concedia aos seus empregados, vão-se, aos poucos, contrapondo mobilizações que reivindicam o direito à participação e às condições de acesso à cidadania — ainda que “regulada”. Ao mesmo tempo em que procuram preservar e ampliar benefícios concedidos pela empresa, os trabalhadores tentam romper o “modelo autárquico” e ter acesso às garantias da CLT — de membros da “família siderúrgica” pretendiam ser reconhecidos como cidadãos brasileiros.

A fórmula “A CSN é nossa” não era apenas uma retórica vazia, na medida em que havia, de fato, um certo grau de participação, acesso a Presidentes da República e uma maior autonomia no processo de negociações com instâncias do governo e com a Administração da empresa como, por exemplo, na determinação dos índices de aumentos salariais.

Embora tenha ocorrido no período um grande número de greves de operários metalúrgicos e em empresas estatais

(estas, sim, consideradas politicamente manipuladas), durante todo esse período não houve greves entre os trabalhadores da Companhia. No entanto esse único fator, analisado isoladamente, não indica “passividade” dos trabalhadores nem ausência de conquistas e espírito de lutas. Além disso, nos primeiros anos da década de 60 houve momentos em que a diretoria do Sindicato “segurou” possibilidades de encaminhamento de greves, alegando que a classe não estava preparada, ainda que tenham ocorrido movimentos grevistas em outras empresas — como a siderúrgica Barra Mansa, em 1963 — mesmo à sua revelia.

As ambiguidades vividas por este Sindicato expressam bem a conjuntura política da época: os desafios que enfrentou, as correntes em disputa no seu interior, a forma de encaminhamento de lutas e reivindicações. O caráter estatal da CSN naquele contexto era um fator de peso na definição de estratégias e objetivos. Além disso, a posição oficial do Partido Comunista, de defesa da empresa estatal e de luta contra o imperialismo, também contribuiu para essas ambiguidades.

O caso da CSN, a meu ver, contribui para a análise sobre como a CLT — a despeito de seu caráter corporativista — pôde, em situações específicas, contribuir para transformações nas formas de controle e gestão da força de trabalho, bem como para a construção de uma concepção de cidadania. Além disso, aponta também para o papel que militantes do PCB, atuando no interior das unidades fabris, tiveram no enfrentamento e oposição a diretorias sindicais “ministerialistas”. A ambiguidade aqui discutida — que não significava “imobilismo” nem “passividade” — expressava as contradições e limites com que se defrontava o movimento sindical numa empresa estatal no regime populista. ■



## Referências Bibliográficas

- Araújo, Braz 1985 *Operários em Luta – Metalúrgicos da Baixada Santista (1933-1983)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Brandão Lopes, Juarez 1967 *Crise do Brasil Arcaico*. São Paulo, Difusão Europeia do Livro.
- Burawoy, Michael 1979 *Manufacturing Consent – Changes in the Labor Process under Monopoly Capitalism*. Chicago, The University of Chicago Press.
- Fleury, Maria Tereza Leme 1986 *O Simbólico das Relações de Trabalho – um Estudo sobre Relações de Trabalho na Empresa Estatal*. Tese de Livre-Docência, Departamento de Administração, Faculdade de Economia e Administração, USP, São Paulo, mimeo.
- Leite Lopes, José Sérgio 1986 *A Tecelagem dos Conflitos de Classe na “Cidade das Chaminés”*. Tese de Doutorado, Museu Nacional, RJ, mimeo.
- Leite Lopes, José Sérgio 1987 “Sobre os Trabalhadores da Grande Indústria na Pequena Cidade: Crítica e Resgate de ‘Crise do Brasil Arcaico’”, in Leite Lopes (org.), *Cultura e Identidade Operária*. RJ, UFRJ, Museu Nacional, Marco Zero ProEd.
- Martins, Luciano 1966 *Pouvoir et développement économique – formation et évolution des structures politiques au Brésil*. Paris, Ed. Anthropos.
- Minayo, Maria Cecília de Souza 1986 *Os Homens de Ferro – Estudo sobre os Trabalhadores do Vale do Rio Doce em Itabira*. RJ, Ed. Dois Pontos.
- Morel, Regina de Moraes 1987 *Cidade e Fábrica na Construção do Operário – o Caso da Companhia Siderúrgica Nacional*. Trabalho apresentado no XI Encontro Anual da ANPOCS, GT “Processo de Trabalho e Reivindicações Sociais”, Águas de São Pedro.
- Pessanha, Elina Gonçalves da Fonte 1985 *Vida Operária e Política – os Trabalhadores da Construção Naval de Niterói*. Tese de Doutorado, Departamento de Ciências Sociais, USP, SP, mimeo.
- Ramalho, José R. G. Pereira 1986 *Estado-Patrão e Luta Operária – Conflitos de Classes na Fábrica Nacional de Motores*. Tese de Doutorado, Departamento de Ciências Sociais, USP, SP, mimeo.
- Sorj, Bila 1985 “Desenvolvimento e Crise de uma Política de Gestão da Força de Trabalho”, *Revista de Administração de Empresas*, n.º 4, SP, Fundação Getúlio Vargas.
- Thompson, E. P. 1987 *Senhores e Caçadores*. RJ, Paz e Terra.
- Vasconcelos Torres 1978 *Metalúrgico – Calor e Suor na Luta pela Sobrevivência*. Brasília.